

5º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas

#ParlAmericasCC

TÍTULO: Enfrentando Desigualdades para Viabilizar a Ambição Climática: Uma Transição Justa para Alcançar o Acordo de Paris

TEMA: Ação climática e desenvolvimento sustentável

DATA: 4, 15 e 25 de junho de 2021

LOCAL: Virtual

PARTICIPANTES: Mais de 190 parlamentares, funcionárias e funcionários de parlamentos, representantes da sociedade civil e do governo de 29 países

ANFITRIÃ(O): Parlamento da República de Trinidad e Tobago e Senado do México



Esta atividade está alinhada com os ODS 1, 4, 5, 8, 9, 10, 13 e 16.

O 5º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática (RPMC) consistiu em um diálogo interparlamentar com representantes da sociedade civil e da juventude, e uma sessão plenária. Essas reuniões permitiram aos participantes identificar estratégias legislativas para assegurar que planos climáticos de curto e longo prazo sejam desenvolvidos com uma perspectiva interseccional e em consonância com os objetivos do Acordo de Paris, entre eles a promoção de uma transição justa.

As sessões do encontro partiram do entendimento de que pessoas que enfrentam desigualdades são impactadas de forma diferente pela mudança climática, e, portanto, é essencial incorporar abordagens interseccionais, interculturais e sensíveis ao gênero em estratégias e legislações climáticas. Quando abordagens são desenvolvidas de forma inclusiva, sua implementação tem menor probabilidade de acarretar efeitos indesejáveis ou exacerbar desigualdades existentes.

O discurso de abertura do encontro estabeleceu a relação entre preservação da biodiversidade e redução da pobreza, e descreveu a urgência de aumentar a ambição de metas climáticas e assegurar que os respectivos planos sejam implementados prontamente. Ele enfatizou ainda o valor da governança climática e o papel que parlamentares e outras partes interessadas, além dos Ministérios do Meio Ambiente, desempenham.

Em todas as sessões, os e as participantes enfatizaram a importância de alcançar uma política climática com perspectiva de gênero; promover participação pública na tomada de decisões para prevenir conflitos ambientais e assegurar que a ação climática seja realizada de forma que respeite os direitos humanos; e criar trabalho digno e sustentável para todos, visando o alcance de uma transição justa.

Algumas das principais referências e documentos apresentados durante o encontro foram:

- [Parlamentos e o Acordo de Paris](#), versão preliminar da futura publicação do ParlAmericas e da Fundação Westminster para a Democracia (WFD)
- [Ação para o Empoderamento Climático \(ACE\)](#), CQNUMC
- [Declaração sobre Crianças, Jovens e a Ação Climática](#), UNICEF
- [Projeto de Lei para estabelecer uma nova meta para a Contribuição Nacionalmente Determinada de acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática \(CQNUMC\)](#), Brasil
- [Lei de Prestação de Contas para o Alcance de Zero Emissão Líquida](#), Canadá
- [Projeto de Lei para a criação de um Marco Legal sobre Mudança Climática](#), Chile

DESTAQUES DA AGENDA

Palavras de abertura de:

- Exma. **Bridgid Annisette-George** (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara dos Representantes, Vice-Presidenta do ParlAmericas
- Senadora **Nancy de la Sierra** (México)
- Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas
- Senadora **Yokymma Bethelmy** (Trinidad e Tobago)
- Senadora **Beatriz Paredes** (México)

Discurso principal por:

- Embaixador **Luis Alfonso de Alba**, enviado especial del secretario general de OEA para la Cumbre sobre el Clima 2019

Diálogos moderados por:

- Exma. Senadora **Rosa Galvez** (Canadá), Vice-Presidenta da RPMC para a América do Norte
- Membro da Assembleia Legislativa **Paola Vega** (Costa Rica), Vice-Presidenta da RPMC para a América Central
- Exma. **Carolyn Trench-Sandiford** (Belize), Presidenta do Senado

Apresentações de:

- Dr. **Enrico Botta**, Coordenador da Divisão de Crescimento Verde e Relações Globais, (OCDE)
- Sra. **Claudia de Windt**, Sócia Fundadora e Diretora Executiva do Instituto Interamericano de Justiça e Sustentabilidade
- Sra. **Samantha Smith**, Diretora, Centro de Transição Justa, Confederação Internacional de Sindicatos
- Sr. **Eduardo Uribe-Botero**, Diretor, Grupo Energia Bogota
- Sr. **Carlos Ruiz-Garvia**, Líder Regional do Centro de Colaboração Regional para a América Latina, CQNUMC
- Sr. **Vintura Silva**, Líder Regional do Centro de Colaboração Regional para o Caribe, CQNUMC
- Sr. **Rafael Jimenez Aybar**, Consultor de Democracia Ambiental da Fundação Westminster para a Democracia
- Senadora **Kátia Abreu** (Brasil)
- Deputado **Iván Flores** (Chile)

Discurso de encerramento de:

- Deputado **Marc Serré** (Canadá), membro do Conselho do ParlAmericas
- Membro da Assembleia Nacional **Maritza Espinales** (Nicaragua), Miembro del Consejo de ParlAmericas

Principais conclusões do diálogo interparlamentar (4 de junho)

- 1) Pessoas sujeitas a desigualdades devido a características demográficas diversas são impactadas de forma diferente pela mudança climática, fazendo com que seja essencial incorporar estratégias e legislações interseccionais. Isso ajudará a assegurar que elas sejam inclusivas e a evitar que sua implementação tenha efeitos indesejáveis que possam exacerbar tais desigualdades.
- 2) É necessário promover uma transformação dos padrões de produção e consumo atuais em direção a opções mais sustentáveis e socialmente justas, que favoreçam economias circulares e com baixa emissão de carbono. À medida que tecnologias sustentáveis surgem ou se popularizam, elas continuarão a consumir determinados recursos naturais. Desse modo, é importante, por exemplo, que os setores extrativistas adotem protocolos para uso eficiente de recursos e sustentabilidade.
- 3) Os benefícios de uma transição de economias dependentes de setores não sustentáveis para uma economia sustentável devem ser amplamente compartilhados, juntamente com soluções para dar apoio a países, regiões, comunidades, setores, e, principalmente, trabalhadores, tanto formais quanto informais, que serão impactados por essas transformações.
- 4) Uma transição justa não deve considerar apenas as necessidades daqueles que perderão o emprego, mas também o impacto que exercerá sobre comunidades dependentes de setores não sustentáveis, o que representará um desafio para as comunidades do hemisfério que dependem de setores extrativistas.
- 5) É importante que perspectivas regionais e locais sejam levadas em conta ao desenvolver legislação ou fiscalizar políticas, de forma a reconhecer as particularidades socioeconômicas e culturais de cada contexto, o que, em determinados casos, pode requerer soluções descentralizadas.
- 6) Uma transição justa requererá o fortalecimento de políticas de bem-estar social para dar apoio às pessoas que serão impactadas por essas transformações em direção a economias sustentáveis.
- 7) Perspectivas de gênero devem ser integradas à elaboração de políticas e legislação para dar apoio a uma

transição justa e medidas para incentivar a participação das mulheres em novos empregos sustentáveis, promovendo, por exemplo, sua educação nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, sigla em inglês).

- 8) Também será essencial elevar os padrões trabalhistas de empregos em que as mulheres predominam, tais como os relacionados à economia do cuidado, haja vista que iniciativas para apoiar o desenvolvimento sustentável devem visar à melhoria do padrão de vida de todos, não somente daqueles envolvidos com setores ambientalmente sensíveis.
- 9) Um dos mecanismos essenciais para assegurar uma transição justa e inclusiva é estabelecer um diálogo social entre governos, o setor privado, trabalhadores e povos indígenas, quando aplicável, com base no reconhecimento dos direitos humanos e trabalhistas. Os e as parlamentares podem facilitar esse diálogo por meio do processo legislativo, instando seus governos a fazê-lo à medida que desenvolvem planos e legislações climáticos.
- 10) Os e as parlamentares desempenham um papel no monitoramento da implementação de compromissos climáticos internacionais assumidos por seus governos; por exemplo, defendendo maior ambição climática em Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) e assegurando que elas incluam disposições para dar respaldo a uma transição justa, sejam sensíveis ao gênero e abordem as necessidades de populações vulneráveis.

Principais conclusões do diálogo parlamentar com representantes da sociedade civil e da juventude (15 de junho), organizado com o apoio da CQNUMC Regional e da UNICEF para a América Latina e o Caribe

- 1) O empoderamento do público é fundamental para a ação climática, conforme sustentado pelo conceito da Ação para Empoderamento Climático (ACE, sigla em inglês), que se refere ao Artigo 6 da CQNUMC e ao Artigo 12 do Acordo de Paris para educar e capacitar todos os membros da sociedade a reforçarem seu compromisso com a ação climática,

por meio do fortalecimento de políticas públicas nas áreas de educação, treinamento, conscientização pública, acesso público à informação e cooperação internacional.

- 2) Planos climáticos precisam incluir pessoas com deficiências; uma dimensão frequentemente negligenciada quando se trata de ação climática inclusiva.
- 3) Abordagens de gênero devem ser integradas a planos e legislações climáticos, tal como a oferta de acesso a saúde sexual e reprodutiva no contexto de eventos climáticos extremos.
- 4) A educação ambiental deve ser incorporada e/ou fortalecida na legislação da área da educação, bem como no currículo nacional ou regional do ensino fundamental e médio.
- 5) Sessões de capacitação sobre questões climáticas e ambientais constituem ferramentas valiosas para aumentar a eficiência do trabalho de representação da cidadania realizado por parlamentares no que tange essas questões e para promover o avanço dessa agenda.
- 6) Governo aberto, acesso à informação e transparência no contexto do combate aos efeitos da mudança climática é essencial para recuperar a confiança do povo nas instituições políticas e, orientá-lo melhor a respeito de questões ambientais que o país esteja enfrentando e a forma pela qual o governo está lidando com elas.
- 7) Espaços para jovens participarem de processos de tomada de decisão relacionados a questões climáticas devem ser oferecidos sistematicamente, nos quais seus pontos de vista sejam ouvidos atentamente e incorporados. A [Declaração sobre Crianças, Jovens e a Ação Climática](#) promove e reconhece a capacidade de atuação e liderança de crianças e jovens no tocante à mudança climática.



Exma. BRIDGID ANNISSETTE-GEORGE (Trinidad e Tobago), Presidenta da Câmara dos Representantes, Vice-Presidenta do ParlAmericas e coanfitriã do encontro

Conforme somos obrigados a avançar em direção a modelos de produção e consumo que favoreçam economias resilientes e com baixa emissão de carbono, convido os e as colegas a promover espaços democráticos e inclusivos para nossos cidadãos e cidadãs participarem das discussões e decisões para essa mudança de rumo.



Senadora BLANCA OVELAR (Paraguai), Presidenta do ParlAmericas

Temos promovido espaços para um diálogo com organizações da sociedade civil, de modo especial organizações ambientais e lideradas por jovens, sob o entendimento de que a participação cidadã é primordial para o desenvolvimento de políticas e planos climáticos que atendam às necessidades da população, sobretudo de grupos historicamente marginalizados.



Exmo. Embaixador LUIS ALFONSO DE ALBA, Enviado Especial da Secretaria Geral da ONU para a Cúpula de Ação Climática de 2019

Os e as parlamentares têm um espaço limitado para participar das Conferências das Partes (COPs) e isso é algo que precisa ser revisto; deve-se permitir que os e as parlamentares desempenhem um papel mais incisivo no processo de tomada de decisão do que eles possuem atualmente. A respeito da transformação do modelo de desenvolvimento, não enxergo uma única questão parlamentar que não seja relevante no combate à mudança climática.



Exmo. EDUARDO RAMÍREZ (México), Presidente do Senado e coanfitrião do encontro

A luta urgente contra os efeitos da mudança climática requer que nós, legisladores, incorporem abordagens com perspectiva de interseccionalidade e gênero em nosso trabalho parlamentar [...] de modo a assegurar que planos climáticos e processos de transição justa em direção a economias resilientes e com zero emissão de carbono atendam às suas necessidades e não exacerbem desigualdades existentes.



Exma. Senadora ROSA GALVEZ (Canadá), Próxima Presidenta da RPMC

Nossa defesa e adaptação diante da mudança climática está diretamente ligada aos dois outros pilares do ParlAmericas: a abertura parlamentar e a igualdade de gênero. Conforme cada governo do mundo aumenta sua ambição climática e promete bilhões de dólares para o financiamento de soluções climáticas, precisamos, mais do que nunca, de transparência, prestação de contas e gestão adequada.

Executivo da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas

Após as eleições realizadas durante a sessão plenária do encontro, o Comitê Executivo da RPMC passou a ter a seguinte composição:

Presidenta

- Exma. **Rosa Galvez**, Senadora (Canadá)

Vice-Presidente - América do Norte

- Senador **Raúl Bolaños-Cacho Cué** (México)

Vice-Presidente - Caribe

- Senador **Anthony Vieira** (Trinidad e Tobago)

Vice-Presidenta - América Central

- Membro da Assembleia Nacional **Paola Vega Rodríguez** (Costa Rica)

Primeiro Vice-Presidente - América do Sul

- Membro da Assembleia Nacional **Luis Bruno Segovia Mejía** (Equador)

Segundo Vice-Presidente - América do Sul

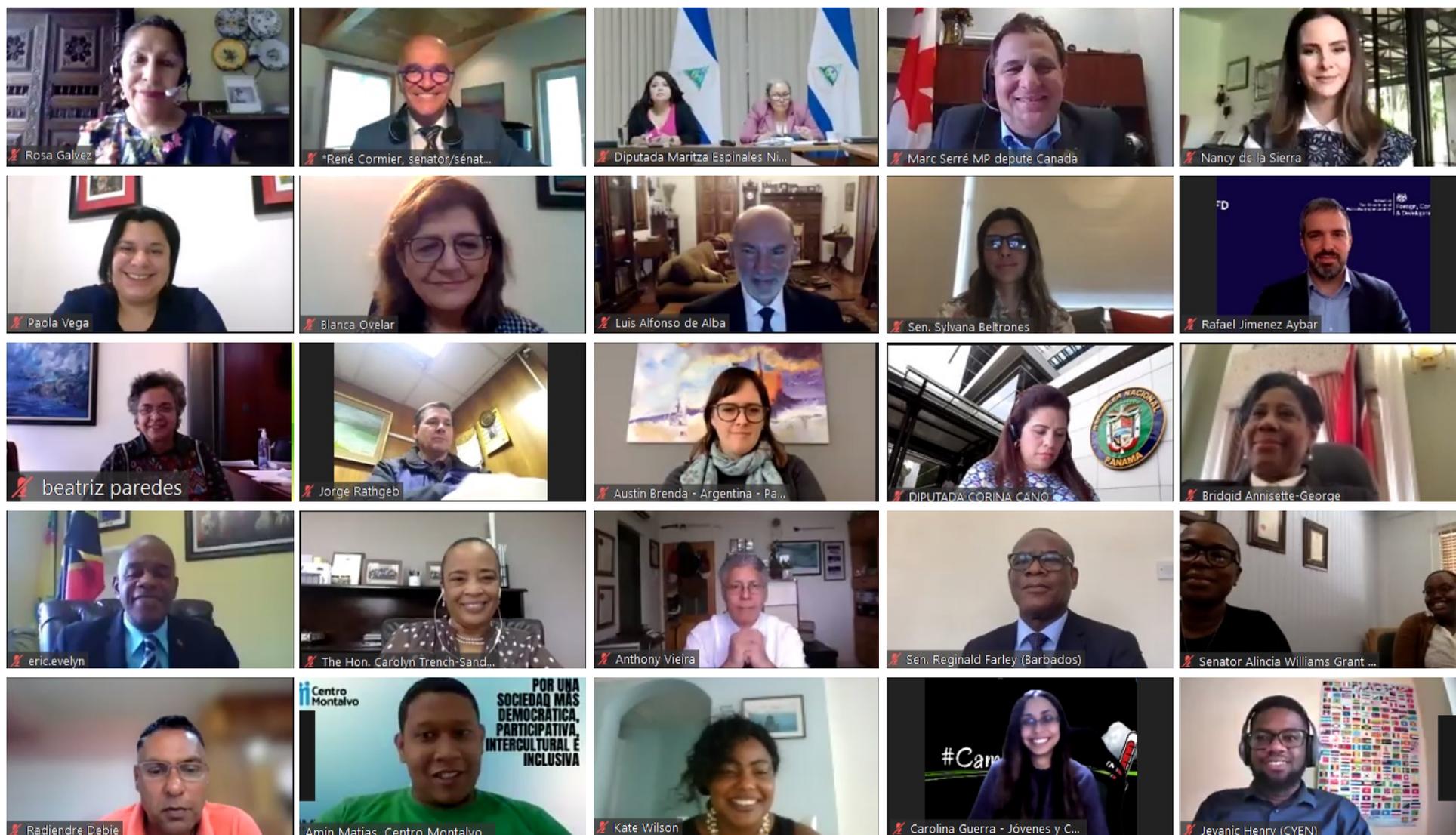
- Membro da Assembleia Nacional **Radjendrekoeemar Debie** (Suriname)



Declaração

A sessão plenária do encontro (25 de junho) foi encerrada com a leitura da [declaração](#). Entre os compromissos adotados pelas delegações parlamentares que participaram do encontro, estão:

- Assegurar acompanhamento e supervisão política do desenvolvimento e implementação de compromissos vinculantes assumidos por nossos governos no âmbito do Acordo de Paris e por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas, assegurando que eles disponham da alocação orçamentária necessária e que sejam ambiciosos, desenvolvidos de forma participativa, incluam planos de transição justa e levem em consideração os impactos sobre diferentes grupos populacionais.
- Incorporar abordagens interseccionais, intergeracional, interculturais e de gênero em nosso trabalho legislativo, a fim de assegurar que políticas e planos ambientais e climáticos sejam inclusivos e lidem com as diversas desigualdades que afetam as populações mais vulneráveis, imbuídos do espírito da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás, assegurando que os custos e benefícios associados às políticas sejam compartilhados igualmente.
- Promover a implementação da abordagem Ação para o Empoderamento Climático, promovendo a criação de espaços para a participação cidadã na discussão de questões relacionadas ao combate aos efeitos da mudança climática, garantindo estruturas legais para acesso a informações sobre o tema e instando nossos governos a fortalecerem a educação e a conscientização pública sobre mudanças climáticas e seus efeitos.
- Promover a integração de perspectivas de gênero e direitos humanos a planos climáticos e, incluir estratégias de transição justa que contenham medidas para elevar padrões trabalhistas de empregos onde haja maior representação de mulheres, tais como os do setor de cuidado.



As agendas completas (4, 15, 25 de junho) [comunicado de imprensa](#), [playlist](#) de vídeos, podcast do [diálogo interparlamentar](#) e da [apresentação principal](#) e [apresentações](#) dessa atividade estão disponíveis no site do ParlAmericas.

PARLAMENTOS REPRESENTADOS



Antigua e Barbuda



Canadá



Grenada



Peru



Argentina



Chile



Guiana



São Cristóvão e Nevis



Barbados



Colômbia



México



Surinam



Belize



Costa Rica



Nicarágua



Trinidad e Tobago



Bolivia



Dominica



Panamá



Brasil



Equador



Paraguai

Canada



Esta reunião foi possível graças ao generoso apoio do Governo do Canadá por meio do Ministério de Relações Globais, do Parlamento da República de Trinidad e Tobago e do Senado do México.

 **ParlAmericas**
Podcast



Encontre o ParlAmericas no [Apple Podcasts](#), [Google Podcasts](#), e [Spotify](#), para ouvir as sessões de nossas reuniões.



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas organiza consultas e constrói **PARCERIAS COM DIVERSAS PARTES INTERESSADAS** como jovens líderes e organizações da sociedade civil



ParlAmericas é composto por **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** dos países da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas facilita o intercâmbio de **BOAS PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO** em busca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



ParlAmericas respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas está sediada em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretaria International do ParlAmericas

703-155 Queen Street, Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá

Telefone: + 1 (613) 947-8999

Email: info@parlamericas.org

